

## **Território e nação: o IHGB e as reflexões sobre as fronteiras americanas**

Liz Andréa Dalfré\*

### **Resumo**

Nosso objetivo nessa comunicação é refletir sobre a idéia de fronteira e nação no pensamento sul-americano de meados do século XIX, priorizando neste momento, reflexões desenvolvidas por pensadores vinculados ao IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), que refletiram acerca da política brasileira em relação aos demais países sul-americanos e sobre a consolidação da nacionalidade na segunda metade do XIX. Considerando as reflexões de Craig Calhoun, segundo o qual o nacionalismo deve ser entendido primeiramente, como uma formação discursiva, buscamos identificar aspectos relativos à elaboração de uma idéia de fronteira e a implicação dessas representações com a idéia de território e nação nas Américas. Palavras-chave: Fronteiras, Identidade Nacional, pensamento social latino-americano.

### **Abstract**

Our goal in this communication is to reflect on the idea of borders and nation in South America thought of the mid-nineteenth century, focusing this time, developed by thinking thinkers linked to IHGB (Brazilian Historical and Geographical Institute), which reflected on the policy in Brazil the other South American countries and the consolidation of nationality in the second half of XIX. Considering the ideas of Craig Calhoun, in which nationalism must be understood primarily as a discursive formation, we identify aspects of the development of an idea of border and the involvement of these representations with the idea of territory and nation in the Americas.

Keywords: Borders, National Identity, Latin American social thought.

\*\*\*\*\*

Neste artigo pretendo refletir acerca da idéia de fronteira e território no pensamento social latino americano da segunda metade do XIX e sua relação com a formação da identidade nacional.

Para realizar essa análise, selecionei como fonte, textos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1848. Busco compreender o significado que escritores vinculados a essa instituição atribuíram à idéia de território e fronteira, conceitos fundamentais na segunda metade do século XIX e início do XX e indissociáveis da perspectiva de formação da identidade nacional, da qual esses autores são continuamente considerados idealizadores. Ou seja, nos interessa saber quais representações, presentes nesses textos, foram importantes para a legitimação da idéia de território nacional, para a construção de uma idéia de nós/outros e para a constituição de um sentimento de nação.

---

\* Mestre pela Universidade Federal do Paraná.

## **A idéia de território, territorialidade e fronteira**

Muitos historiadores já apontaram a dificuldade de visualização dos limites territoriais existentes na América do Sul na segunda metade do XIX. No caso do Brasil essa questão torna-se ainda mais evidente devido aos inúmeros tratados firmados entre o final do XVIII e o início do XIX, pelos governantes ibéricos. Também é notório o fato de que, em termos contextuais, esse período marca importantes conflitos gerados em função dos interesses na definição, delimitação e demarcação das fronteiras.

Não pretendemos realizar um estudo acerca dos limites físicos das fronteiras brasileiras do século XIX, mas sim sobre alguns debates travados nos meios intelectuais. Neste sentido, nos interessa compreender os elementos discursivos e retóricos presentes no campo do imaginário e das representações que um grupo de pessoas elaborou acerca do que entendeu como o seu país, as suas fronteiras (ou a necessidade de defini-la) e os seus vizinhos.

Como enfatizou o embaixador brasileiro Teixeira Soares, autor do livro História da Formação das Fronteiras no Brasil, “A fronteira é, de um modo geral, o condicionamento resultante de uma política externa” (SOARES, 1972:11). Mais que isso, a idéia de fronteira e territorialidade são representações culturais que refletem historicidades próprias e não podem ser compreendidas como um elemento inerente e natural da consolidação dos Estados Nacionais, mas sim como uma representação que a sociedade em questão elaborou de si mesma e dos seus vizinhos, daqueles que se encontram do lado de lá da fronteira.

*A noção de território é uma representação coletiva, uma ordenação primeva do espaço. A transformação do espaço (categoria) em território é um fenômeno de representação através do qual os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza a e a cultura se fundem. (MALDI, 1997:186).*

Se anteriormente ao século XIX ampliar fronteiras significava, sobretudo, a possibilidade de adquirir e garantir riquezas, muitas vezes imaginárias, no oitocentos a definição de fronteiras se tornou algo indissociável da formação dos Estados Nacionais, já que uma pátria requer um espaço que a identifique como tal e requer também espaços “outros” nos quais a diferença, ou seja, aquilo que não somos (ou que não queremos ser), é nomeado.

Segundo Maldí, a definição de fronteiras de um território nacional é antagônica na medida em que localiza os pressupostos de sua identidade e os elementos outros, ou seja, dos grupos que não caracterizam o “nós”. Nesse sentido, “se o território é a representação coletiva

fundamental da sociedade, a fronteira é a representação coletiva fundamental para o estabelecimento da diferença ou, em outras palavras, para a percepção da alteridade.” (MALDI, 1997:187). Nesse sentido, a idéia de território, territorialidade e fronteira, é indissociável da idéia que uma nação faz de si mesma e dos outros. É com base na afirmação de uma identidade específica, característica e única, a partir de um discurso que recorre a ideais culturais, políticos e sociais próprios, que se definem as fronteiras e o território específico de determinada nação.

Dessa forma, território, territorialidade e fronteira, remetem a uma percepção de quem somos “nós” e de quem são os outros. No caso brasileiro, o outro surge como o sul americano de língua espanhola ou ainda como as nações indígenas “incultas”, “incivilizadas” e “arredias” que habitavam o território que se pretendia identificar como nação.

A concepção de fronteira e territorialidade na América, assim como em outros locais, é elaborada conjuntamente ao ideal de nação. Segundo Craig Calhoun, o nacionalismo tem relação com a idéia de fronteira no mundo moderno pois “organiza tanto lutas internas como internacionais e, de fato, a própria distinção entre interno e internacional.” (CALHOUN, 2008: 40).

Calhoun e Pamplona, assim como outros pesquisadores do tema, pensam a idéia de nação e nacionalidade como uma formação discursiva. Esse elemento teórico-metodológico nos remete a pensar quais ideais, noções e categorias são utilizadas em diversos campos, durante o XIX, para a definição desse imaginário. Certamente, também nos possibilita observarmos como a idéia de fronteira e territorialidade são recursos retóricos utilizados com frequência nesse(s) discurso(s).

### **O “outro” nas fronteiras do Estado**

A partir do século XIX o Estado brasileiro precisa definir seu espaço e os projetos de sua expansão. É necessário identificar quem pertence a esse espaço e quem não pertence. É importante estabelecer os parâmetros de uma identidade nacional.

Nesse discurso, cabe salientar que alguns grupos serão identificados como empecilhos para a consolidação das fronteiras, necessária à formação da identidade nacional.

Neste sentido, os indígenas se tornam um elemento chave para compreendermos a idéia que pensadores da época tinham a respeito das fronteiras na América. Os indígenas aparecem nos relatos setecentistas como uma espécie de guardiões naturais da fronteira, vassallos do rei, representação que cede lugar, durante o XIX, para a imagem do indígena

como errante, nômade, obstáculo à civilização. Como bárbaro, ele sempre é citado nas missões de definição de fronteiras e limites como no relato do roteiro da viagem do capitão Francisco de Paula Ribeiro, enviado por D. João para às fronteiras da Capitania do Maranhão e de Goiás para delimitar suas fronteiras: “Todo o mais espaço ao sudoeste entre as três últimas e o Tocantins é possuído por muitas nações gentis indomésticas” (RIHGB: 1848: 16)

Um exemplo significativo são os roteiros de viagem publicados na Revista do IHGB durante o século XIX. Essas viagens, realizadas com o intuito de auxiliar na elaboração de uma cartografia mais detalhada sobre o território e suas fronteiras ou para delimitar os limites entre diferentes estados brasileiros, são relatadas de forma minuciosa, com informações a respeito da flora e da fauna. Nesse quadro natural, aparecem como elementos que formam a composição, diferentes nações indígenas. Nos relatos eles se mesclam a paisagem, aparecendo como parte dela. Sintoma de um imaginário de longa duração, já que essa representação sobre o Novo Mundo persiste de Colombo a Humboldt, emergindo como uma espécie de ato fundador no qual a história cede lugar a natureza. O caráter exótico do relato prevalece, como se os habitantes das terras observadas não fizessem parte do mesmo espaço que o narrador.

A geografia, as ciências naturais, as explicações detalhadas referentes as nações nativas, aos cursos dos rios, a vegetação, são utilizadas como parte do discurso mediante o qual o Estado define e representa o território. Segundo Mary Pratt, a descrição da paisagem torna-se, dessa forma, um elemento fundamental para forjar as primeiras repúblicas da América. (PRATT, 1991: p151-165).

Durante o século XIX, a idéia de território e territorialidade, estavam baseados no direito de ocupação e posse, na idéia de pertencimento. “É quando o massacre dos índios aparece como indissociável da fronteira porque sua expansão se efetua sempre num espaço ideologicamente considerado vazio, do ponto de vista demográfico, econômico ou jurídico.” (MALDI, 1997:193).

O imaginário brasileiro do século XIX alimentou uma representação, na qual o Estado se apoiou com vistas a expansão de suas fronteiras, na qual os indígenas eram identificados como bárbaros e nômades, indivíduos incapazes de cultivar alimentos e de se estabelecerem definitivamente em um espaço. Segundo Maldí, é importante pensar que houve uma opção política que não considerou as fronteiras indígenas “não foi apenas uma decorrência do desconhecimento de critérios culturais que não encontravam ressonância nos moldes europeus, mas uma incapacidade eminentemente política, que reflete uma ideologia de enfrentamento centralizada na questão territorial.” (MALDI, 1997:214), ou seja, optou-se por uma “homogeneização das diferenças étnicas em favor da unidade jurídica e da cidadania”.

(MALDI, 1997:214). Neste sentido, é fundamental refletirmos acerca dos elementos silenciados e daquelas que foram enaltecidos nos textos do século XIX.

### **As fronteiras “naturais”**

Muitos pensadores do século XIX (e de outros períodos) se referiram a idéia de que algumas divisas são “naturais”, como a idéia da Ilha do Brasil, esboçada no ensaio do explorador português Jaime Batalha Reis, publicada no jornal *O Comércio do Porto*, em 1896. Ele sintetizava, com uma conotação científica, uma idéia presente no pensamento social imperial brasileiro. No mapa correspondente, a Ilha do Brasil aparece identificada pelas divisas naturais formadas a partir dos grandes rios que cortam o seu território. (Amazonas, Madeira, Guaporé, Paraguay e Paraná).

Os rios, durante o século XIX, são elementos fundamentais nas narrativas sobre a natureza e a fronteira nas Américas. Eles representam um importante recurso discursivo a partir do qual o narrador identifica regiões, tipos sociais e até mesmo acontecimentos históricos. Isso ocorre não somente na fala de diversos viajantes que circularam pelas Américas no XIX, mas também são adotados como parte dos textos de muitos americanos, com a intencionalidade de identificar o próprio grupo ao qual pertencem. Além disso, as narrativas sobre os rios, neste momento de formação dos Estados nacionais, surgem, em muitos casos, como uma fala interessada em criar um sentimento de pertencimento.

No texto em que Sarmiento relata seu período de estadia em Montevidéu, por exemplo, presente na obra *Viajes*, nos chama atenção à caracterização dos rios, especificamente do Rio da Prata, não somente como um lugar de fronteira mas, principalmente, como o lugar privilegiado da história. Da história dos argentinos, dos gaúchos, dos americanos e dos conflitos entre estes e os europeus.

Para Sarmiento, o Rio da Prata surge como um lugar da fronteira, pois separa Buenos Aires e Montevidéu. Entretanto, o autor criou representações diversas para este rio durante sua viagem, sobretudo identificando-o como lugar da história, pois carregava a memória dos conflitos que ocorreram em suas margens ou sobre ele.

No texto sarmientiano, o Prata é indicado como o campo de batalhas, sobre o qual se tem derramado muito sangue, mas também é representado como um herói, como “el Rio guerrero” sendo personificado neste sentido.(SARMIENTO, 1996:25).

Se por um lado o Prata emergia como o lugar da fronteira, por outro também era o lugar da história comum, o local do exílio dos seus pares, no qual argentinos e uruguaios

estiveram unidos contra um inimigo comum: os espanhóis. Neste sentido, os binários história/geografia e natureza/política aparecem juntos. O rio, no texto de Sarmiento, fazia parte da idéia de história. Era a fronteira natural além de constituir uma espécie de “arquivo vivo” guardião da memória das guerras, das lutas empregadas por governantes da Argentina, do Uruguai e por tropas francesas e inglesas.

Como lugar de memória e história, o Rio transformou-se em um canalizador de identidades, pois a partir da localização dos grupos que combateram sobre ele, Sarmiento identificou os americanos e os estrangeiros em relação ao Rio. Personagens e paisagem se confundem e se completam em sua narrativa formando o cenário de uma parte da história da América do Sul. “*Las inauditas i osadas empresas de Garibaldi no ham podido nada contra el viejo tirano de estas aguas, Brown, cuyo nombre abraza la historia maritima de Buenos Aires desde 1812 hasta este momento*” (SARMIENTO, 1996:25).

### **A fronteira e a o IHGB**

Como muitos pesquisadores já indicaram, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 no Rio de Janeiro, tinha como objetivo a construção de uma história da nação, a solidificação de mitos de fundação e de um determinado passado, o ordenamento dos fatos históricos e a busca de uma narrativa homogênea que sintetizasse a história de personagens e eventos até então dispersos.

O seu compromisso com a organização de uma memória para o Estado Imperial foi registrada, sobretudo, nas páginas do periódico responsável por informar ao público as ações e interesses dessa instituição: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Este periódico nos fornece importantes elementos para refletirmos acerca do pensamento da intelectualidade do período sobre a idéia de fronteira e sua relação com a formação de uma identidade nacional.

Tomaremos aqui como exemplo, as viagens realizadas pelo Barão de Antonina ao Mato Grosso em 1845 publicadas pela Revista do IHGB no segundo trimestre de 1848. O barão refere-se as suas viagens como “minhas reiteradas explorações por logares totalmente desconhecidos”, ou seja, ao falar da região de fronteiras recorre ao discurso do local desconhecido. A fronteira aparece neste relato como espaço da solidão, do desconhecimento, do não civilizado, já que não classificada, urbanizada e ocupada. (RIHGB, 1948: 250).

Em sua viagem, o Barão de Antonina contratou o norte-americano João Henrique Elliott que acompanhou o sertanista Joaquim Francisco Lopes, descrevendo o itinerário

proposto pelo barão “de descobrir uma via de comunicação mais curta e segura d’esta província de S. Paulo para o Baixo Paraguay na Província de Mato Grosso”. Afirma o barão ainda que a sua bandeira exploradora penetrou “esses decantados sertões” e pisou onde “n’outros tempos fundaram os Hespanhois a cidade de Xerez e outras povoações dentro dos limites do Brazil”. (RIHGB, 1948: 260).

O Barão de Antonina, com o auxilio de Elliott, elaborou um novo roteiro cartográfico com informações que ainda não possuíam. “*D’esta maneira ficam patentes ao governo e aos nossos concidadãos os esconderijos que occultavam aspérrimos sertões, o que facilitara os meios de se aproveitarem as melhores terras do Brazil para colônias agrícolas, por serem todas cortadas por soberbos rios e seus tributários.*” (RIHGB, 1948: 260).

Novamente observamos aqui, a importância dos caminhos fluviais para a demarcação das fronteiras a oeste e a importância atribuída por pessoas ligadas ao Imperador a esses caminhos, uma vez que sua importância estratégica neste período de expansão e consolidação de uma idéia de nacionalidade é evidente.

Portanto, utilizando como exemplo um texto produzido durante meados do XIX, observamos que a descrição confluía com idéias vigentes no imaginário social do período, ao considerar a elaboração de mapas cartográficos um elemento fundamental naquele momento. Observamos ainda, a importância da idéia de fronteira no pensamento social do século XIX e sua relação com a construção de uma idéia de pertencimento concomitante a formação de um olhar que buscou fixar os limites da alteridade.